

PORTO NOVO RECIFE S/A. – CNPJ (MF) 15.151.317/0001-04

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO			DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS		
Expressos em Reais			FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Expressas em reais		
	2021	2020	2021	2020	
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.059.941	515.433	5.751.699	5.915.935	
Contas a receber de clientes	182.007	465.065	-1.390.859	-1.099.595	
Tributos a recuperar	84.508	84.176			
Adiantamentos	23.041	3.902			
Outras contas a receber	5.811	5.811			
Total do ativo circulante	2.355.308	1.074.387	4.360.840	4.816.876	
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Outras contas a receber	2.479.988	2.479.988			
Imobilizado	60.903.439	45.584.934			
Total do ativo não circulante	63.383.427	48.064.922			
Total do ativo	65.738.735	49.139.309			
Passivo Circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.875.762	1.881.207			
Fornecedores	527.050	333.925			
Obrigações sociais e trabalhistas	267.932	58.666			
Tributos a recolher	72.077	69.953			
Adiantamentos de clientes	-	10.705			
Total do passivo circulante	2.742.821	2.354.096			
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	3.666.518	5.695.211			
Provisões para contingências	20.914	1.777.553			
Parcelamentos de Tributos	-	39.089			
Total do passivo não circulante	3.687.432	7.511.853			
Patrimônio líquido					
Capital social	51.570.000	51.570.000			
Lucros (prejuízos) acumulados	-15.863.884	-17.117.768			
Total do patrimônio líquido	35.706.116	34.452.232			
Adiant. p/Futuro Aumento Capital	23.602.366	4.821.128			
Total do Patrimônio Líquido e	59.308.483	39.273.360			
Total do passivo, Patrimônio Líq.	65.738.735	49.139.309			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Expressa em reais					
	Capital realizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento Futuro Aumento Capital - AFAC	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2020	51.570.000	-16.119.995	35.450.005	4.144.418	39.594.423
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Adiant. para futuro aumento capital - AFAC	-	-	-	676.710	676.710
Prejuízo do exercício	-	-997.773	-997.773	-	-997.773
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	51.570.000	-17.117.768	34.452.232	4.821.128	39.273.360
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	169.042	169.042	-	169.042
Lucros/Prejuízos do exercício	-	1.084.842	1.084.842	-	1.084.842
Adiant. para futuro aumento capital - AFAC	-	-	-	18.781.238	18.781.238
Saldos em 31 de dezembro de 2021	51.570.000	-15.863.884	35.706.116	23.602.366	59.308.482

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Expressas em reais

	2021	2020	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.412.891	1.302.038
Fluxo de caixa das ativ. operac.					
Resultado do período	1.084.842	-997.773	Atividades de Investimentos	-17.615.483	-369.797
Ajustes por:			Adições no imobilizado	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	169.042	-	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	-17.615.483	-369.797
Provisão para contingências	-1.756.839	-	Aumento de capital social por AFC	-	-
Depreciações e amortizações	2.296.979	2.290.328	Adiantamento p/futuro aumento de capital - AFAC	18.781.238	676.710
Lucro líq. do exercício - ajustado	1.794.224	1.292.555	Liquidação dos financiamentos	-2.034.138	-1.874.443
Atividades operacionais:			Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	16.747.100	-1.197.733
Varia. das contas a rec. de clientes	283.058	-209.836	Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.544.508	-265.492
Variação dos adiantamentos	-	-	Variação no saldo de caixa e equivalente de caixa		
Variação dos tributos a recuperar	-332	-86	Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	515.433	780.925
Varia. das outras contas a receber	-19.139	-14.669	Saldos finais de caixa e equiv. de caixa	2.059.941	515.433
- Ativos circulante e não circulante	-19.139	-14.669	Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.544.508	-265.492
Variação dos depósitos judiciais	-	-			
Variação dos fornecedores	193.125	237.400			
Varia. das obr. sociais e trab.	209.266	3.781			
Variação dos tributos a recolher	-36.606	-17.842			
- Passivo circ. e não circulante	-10.705	10.705			
Variação dos adiant. de clientes	-	-			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Expressa em reais					
	Capital realizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento Futuro Aumento Capital - AFAC	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2020	51.570.000	-16.119.995	35.450.005	4.144.418	39.594.423
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Adiant. para futuro aumento capital - AFAC	-	-	-	676.710	676.710
Prejuízo do exercício	-	-997.773	-997.773	-	-997.773
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	51.570.000	-17.117.768	34.452.232	4.821.128	39.273.360
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	169.042	169.042	-	169.042
Lucros/Prejuízos do exercício	-	1.084.842	1.084.842	-	1.084.842
Adiant. para futuro aumento capital - AFAC	-	-	-	18.781.238	18.781.238
Saldos em 31 de dezembro de 2021	51.570.000	-15.863.884	35.706.116	23.602.366	59.308.482

Recife (PE), 31 de dezembro de 2021 - Contador: Luciano Pascoal dos Santos - CPF: 052.680.224-31 - CRC-PE 020206/O-2

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)

1. Contexto operacional

A **Porto Novo Recife S.A.** tem como objeto social a exploração do comércio de arrendamento de áreas e instalações portuárias não operacionais, localizadas dentro da área do Porto Organizado de Recife, com fundamento no disposto no art. 34 da Lei nº 6.830/93; implementação, manutenção e exploração comercial de escritórios para o desempenho de atividades comerciais compatíveis com o plano de desenvolvimento urbano da cidade; implementação, manutenção e exploração comercial de restaurantes, bares, locais de entretenimento comerciais, locais para exposições e eventos fechados, contendo o número de vagas de garagem compatível; implantação, manutenção e exploração comercial de hotel e/ou apartamentos de longa estada, com no mínimo 200 unidades, observando o padrão igual ou superior a 3 estrelas; implantação, manutenção e exploração comercial de centro de convenções e exposição integrado ao hotel, com capacidade mínima de 4.000 pessoas; realização de atividades de apoio a bom e fiel desempenho das atividades listadas acima. Sua sede está situada à Avenida Alfredo Lisboa, s/nº, Pátio Sul do Armazém 14, no bairro do Recife Antigo, Município de Recife - PE. O prazo de duração da Companhia é de 50 anos. **Impactos da COVID-19** - Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou a pandemia da Covid-19. Em sua decorrência e visando a contenção da doença no Brasil, os Estados e Municípios brasileiros gradualmente decretaram Estado de Emergência até 20 de março de 2020, momento pelo qual foi decretado pelo Congresso Nacional o Estado de Calamidade Pública. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em diversos Estados e Municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais não essenciais e a recomendação do isolamento social. A **Porto Novo Recife S.A.** se adequou às orientações apresentadas pelo Ministério da Saúde, pela OMS - Organização Mundial de Saúde e pelo Governo do Estado de Pernambuco. A Administração da Companhia instalou um comitê de crise com o objetivo de elaborar um plano de contingência com definições de critérios de conduta relacionados a prevenção, identificação e monitoramento dos seus empregados e visitantes. É importante ressaltar que a Companhia permanece em constante avaliação de planos adicionais e melhoria contínua, com objetivo de preservar o emprego e renda, a fim de garantir a saúde e segurança dos empregados e usuários, bem como o cumprimento de suas obrigações contratuais. Por fim, a Companhia esclarece que, até a presente data, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas em relação ao exercício anterior.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação - Em 4 de dezembro de 2009, foi aprovado o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o CPC PME foi homologado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.255/09 (posteriormente esta norma passou a ser denominada NBC TG 1000 (R1)), e entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. O termo "empresas de pequeno e médio porte" adotada na NBC TG 1000 (R1) não inclui: (i) companhias abertas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); (ii) sociedades de maior porte conforme Lei nº 11.638/07 e (iii) sociedades reguladas pelo BACEN, pela SUSEP e outras sociedades cuja prática contábil é ditada por órgão regulador com poder legal para tanto. A Administração entende que a **Porto Novo Recife S.A.** atende aos preceitos da NBC TG 1000 (R1) por não estar incluída nas características anteriormente descritas. A Administração da Empresa declara de maneira explícita, não reservada, que as demonstrações contábeis ora apresentadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no pro-

cesso de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma. Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do prejuízo do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente apresentam os mesmos valores. As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pela administração em 29 de junho de 2022.

2.2. Ativos financeiros - 2.2.1. Classificação - A Empresa classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.2.2. Impairment de ativos financeiros - A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor presente do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa taxa efetiva de juros de terminada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras

com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As referidas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.4. Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas o valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessário.

2.5. Tributos a recuperar - São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

2.6. Imobilizado - Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada, de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.7. Impairment de ativos não financeiros - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.8. Financiamentos - Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.9. Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Provisão para contingências - As provisões para ações judiciais (cível e trabalhista) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. Constituída com base na posição dos consultores jurídicos da Companhia e refere-se a causas trabalhistas classificadas como prováveis de perda pelos referidos consultores jurídicos.

2.11. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - O adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") será classificado como instrumento patrimonial se atender as seguintes condições: (i) sua conversão seja irrevogável e irretirável; (ii) o adiantamento esteja em moeda funcional da entidade, não prevendo indexação; (iii) a quantidade de ações ou quotas no qual o adiantamento será convertido seja pré-estabelecida. Caso estas condições não sejam atendidas no momento inicial, o AFAC será classificado como instrumento de dívida, sendo tratado como passivo exigível.

2.12. Outros ativos e passivos - Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

2.13. Reconhecimento da receita - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida a receber pela locação de imóveis no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de locação.

(i) **Receita de aluguel** - A receita operacional de locação de imóveis no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos contratos de aluguel foram executados junto ao contratante, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível perda líquida pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços prestados, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as prestações de serviços de locação de imóveis são reconhecidas.

(ii) **Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contrato a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contrato a receber.

2.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseadas nas taxas que foram decretadas em demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente: tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida

em que sua realização não seja mais provável.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A Companhia efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

(b) **Passivos contingentes** - A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro - A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) **Risco de liquidez** - É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitor

...Continuação PORTO NOVO RECIFE S/A. – CNPJ (MF) 15.151.317/0001-04

<p>20. Desempenho operacional</p> <p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Porto Novo Recife S.A. apresentou uma insuficiência de capital de giro no montante de R\$387.513 (R\$1.279.709 em 2020). Além disso, apresentou um prejuízo acumulado de R\$15.863.884 (R\$17.117.768 em 2020). A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo. Por este motivo, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função dos fatos citados.</p> <p>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</p> <p>Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da Porto Novo Recife S.A. Recife – PE. Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da Porto Novo Recife S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto mencionado na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Novo Recife S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os</p>	<p>seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). Base para opinião com ressalva - Conforme requerido pela Seção 17 (Ativo Imobilizado) da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Companhia deve preparar, em cada data de divulgação de suas demonstrações contábeis, estudo para determinar se um item ou um grupo de itens do ativo imobilizado está desvalorizado e, nesse caso, como reconhecer e mensurar a perda pela redução ao valor recuperável do(s) ativo(s). A Companhia está em processo de realização do referido estudo, o qual não havia sido concluído até a conclusão dos nossos trabalhos. Desta forma, não foi possível concluirmos sobre a necessidade de reconhecimento de perda estimada para que o valor do imobilizado não exceda o seu valor esperado de recuperação ou reversão, bem como sobre os possíveis impactos no resultado e nos fluxos de caixa do exercício findo nessa data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com o os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Ênfase – Capital circulante líquido nega-</p>	<p>tivo e prejuízos acumulados sucessivos - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20, a Porto Novo Recife S.A. apresentou capital circulante líquido negativo e prejuízos acumulados sucessivos. Esses fatos estão sendo tratados pela Administração da Companhia, que espera resolver a situação a médio prazo. Na opinião da referida Administração, não se fez necessário nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos e passivos, que poderia ser necessário em função destes assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
--	--	--

Marcelo Galvão Guerra Eliel Torres da Mota
 Contador - CRC-RJ-087079/O-3 Contador - CRC-PE-025592/O-0

Publicidade Legal - 25 de agosto de 2022 - PORTO NOVO RECIFE - BALANÇO pdf

Código do documento 5713560f-f275-4a2b-ae60-1e7d4a2edeab



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

24 Aug 2022, 21:09:08

Documento 5713560f-f275-4a2b-ae60-1e7d4a2edeab **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-08-24T21:09:08-03:00

24 Aug 2022, 21:09:22

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-08-24T21:09:22-03:00

24 Aug 2022, 21:09:37

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 187.59.114.92 (187.59.114.92.static.host.gvt.net.br porta: 62864). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-08-24T21:09:37-03:00

Hash do documento original

(SHA256):e8ff9413f34b41a7d974f4c732a30e6550a02a4be8817932a805b61673dab40d
(SHA512):2396ffc18b0da0eefb72290b9ee512c54d5bfd832c869f6a2ba7a32cabd57267facbba273973221b2fb7fdd19f07e9cab75bc37ffad9f81c6e6e508732a48005

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign